

ENTREVISTA José Eliton

'O PSD é um instrumento acéfalo e pragmático, uma sublegenda'

Vice-governador de Goiás revela bastidores da negociação para resolver problemas financeiros da Celg

Vice-governador de Goiás e estrela em ascensão dentro do DEM, o advogado José Eliton falou com a reportagem do **Diário do Norte** durante uma hora em seu gabinete para revelar detalhes da negociação que culminou com um empréstimo para o Governo de Goiás e a entrega de 51% das ações da Celg para o Governo Federal. José Eliton não poupou críticas ao PSD. Diz que a sigla vai acabar 'rapidinho'. Avisa que gostaria muito de votar em Demóstenes Torres para presidente da República e não para prefeito de Goiânia. Crítica o processo de discussão que envolve a candidatura da base do Governo na capital, hoje, segundo ele, em torno de nomes e não de projetos. Dispara contra Paulo Garcia, prefeito de Goiânia, avisando que falta a ele uma identidade e diz que nunca se colocou como candidato a prefeito da Capital.



José Eliton durante entrevista ao Diário do Norte para Rui Saboia e João Carvalho: petardos certos

Diário do Norte – Foi melhor para Goiás e para a Celg o desfecho das negociações com o Governo Federal?

José Eliton – Primeiro ponto positivo é que encerra uma página da história que envolvia a Celg. Há quase cinco anos que o noticiário em Goiás dá destaque à crise, ao sofrimento de uma das maiores e mais importantes empresas de natureza estatal do Centro-Oeste. Esse acordo foi o acordo possível de ser construído e foi interessante para a Celg porque dá a ela condições de se reestruturar. Ela tem condições agora novamente de retomar um programa de investimentos para garantir não só a manutenção do sistema já existente, mas também a ampliação do sistema de modo a atender a demanda crescente de energia do Estado. Dá a ela também as condições de ter longevidade de suas ações o que é ideal para todos. Do ponto de vista do consumidor pouca diferença fará. A grande transformação é que temos agora uma empresa em condições de exercer o seu papel financeiro de fornecer energia elétrica e garantir o desenvolvimento do Estado. Do ponto de vista do Estado foi um ótimo acordo na medida em que tivemos a recomposição dos cofres do Tesouro com o recolhimento do ICMS devido pela Celg, que há muito tempo não pagava. Em 2011 conseguimos pagar quase 70% do ICMS do fluxo corrente da

empresa. De modo que para Goiás foi muito bom. O Estado tinha 100% de uma empresa do ponto de vista econômico que não tinha valor na suas ações. Hoje temos 49% das ações de uma empresa que tem valor no mercado. Então temos 49% do patrimônio líquido positivo. Do ponto de vista do sistema elétrico nacional foi um acordo importante. Porque a Celg está no centro do País e contribui para estabilidade do sistema elétrico como um todo, uma vez que estamos interligados. Também foi um acordo importante para a Eletrobrás e para o Governo Federal. E a Celg hoje continua sendo dos goianos na medida em que temos exclusividade de 49% das ações. E continua dos goianos porque a Eletrobrás também é do Brasil e dos brasileiros. E como nós somos brasileiros, a Celg continua como patrimônio público a servir aos goianos no seu papel estratégico de induzir o desenvolvimento do Estado. No final das contas acho que fizemos um bom acordo.

DN – Quanto tempo a Celg precisará para se reestruturar?

José Eliton – A previsão é que a partir do final de 2014 e início de 2015 a Celg opere novamente no azul. Na verdade a Celg não dá prejuízo. Ela vai sanando os seus problemas com a liberação de recursos e adequando o seu fluxo corrente de receitas e despesas. A partir de

2015 teremos um quadro em que todas as receitas serão suficientes para bancar o custo operacional da empresa mais os encargos financeiros de operações que ela contratou.

DN – Nessa operação não faltou apontar o dedo para os responsáveis que levaram a Celg à essa situação?

José Eliton – Essa questão não competia à presidência da Celg. Não competia ao Governo do Estado. Compete aos órgãos fiscalizadores, se entenderem que isso é pertinente. Compete também a Assembleia Legislativa, que já fez uma CPI com esse fim.

DN – Qual o maior risco do atual governo: de entrar para a história como sendo o governo que resolveu o problema da Celg ou de entrar para a história como o governo que entregou a Celg para a Eletrobrás?

José Eliton – Não vejo risco algum. O governo fez o que precisava ser feito. Primeiro nós modificamos o padrão de gestão e de governança da empresa. Mostramos ao Brasil e aos goianos que a Celg tinha potencial. Infelizmente, ela entrou nesse estado em função de equívocos de governança do passado. Não quero aqui fazer juízo de valor mesmo porque isso compete aos órgãos de fiscalização.

DN – Isso será feito?

José Eliton – Não sei. Isso cabe aos órgãos fiscalizadores a

responsabilidade de fazer. A Assembleia fez uma CPI e apresentou resultados. Agora, sabemos que existem diversos processos patrocinados pelo Ministério Público contra diversos gestores de diversas etapas da vida da Celg. Não quero olhar para o passado. Sei que olhando para a frente se percebe que a Celg teve melhorias significativas nos seus indicadores econômicos de 2011, antes mesmo do fechamento do acordo. Ela tem um quadro técnico de excelência. O que faltava na realidade era justamente um planejamento específico de suas ações. Não um planejamento de curto prazo. Mas um planejamento de longo prazo. Agora temos que executar esse planejamento.

DN – O senhor concorda com a tese do governador Marconi de que o governo anterior não tinha fechado o acordo e que existiam apenas boatos?

José Eliton – Isso não é tese. Isso é fato. O ex-presidente da República esteve aqui e disse que tinha resolvido o problema. Porque não resolveu? Porque não assinou? Será que o governo anterior era tão devagar assim para que o acordo não se viabilizasse? Ou será que o objetivo era apenas fazer propaganda eleitoral? Na verdade, quando se tem boa vontade você resolve os problemas. Nos últimos dez dias do ano passado nós trabalhamos aqui dia e noite para terminar de formalizar o acordo. Então isso demonstrou boa vontade e determinação para se resolver o problema. O que faltou no passado, quando queriam atribuir um fato ao então governador eleito Marconi Perillo foi obter dividendos políticos?

DN – Em algum momento o senhor imaginou que esse acordo não fosse se confirmar em função do comportamento de parte da bancada de Goiás em relação ao Governo Federal?

José Eliton – Em muitos momentos. Tanto é que buscamos outras alternativas. Buscamos todas as soluções possíveis para se resolver o problema. Discutimos com o Credit Suisse. Iniciamos essa parceria. Buscamos parceiros no setor elétrico nacional. E naturalmente conversávamos com o Governo Federal. E nós tínhamos um compromisso de campanha de não privatizar a Celg. Nosso objetivo era manter o controle público da empresa. Mas em alguns momentos tive-

mos retrocesso. O ex-presidente Lula quando esteve em Goiás, em meados de 2011, foi um retrocesso no processo de negociação. Ele politizou um tema que não comporta política. No final das contas, o acordo foi feito e precisamos fazer um reconhecimento aqui: se ingerências políticas contrárias existiram elas não foram bem sucedidas em grande parte em função da própria determinação da presidente Dilma Rousseff.

DN – O senhor concorda com a tese do governador Marconi de que o governo anterior não tinha fechado o acordo e que existiam apenas boatos?

José Eliton – Isso não é tese. Isso é fato. O ex-presidente da República esteve aqui e disse que tinha resolvido o problema. Porque não resolveu? Porque não assinou? Será que o governo anterior era tão devagar assim para que o acordo não se viabilizasse? Ou será que o objetivo era apenas fazer propaganda eleitoral? Na verdade, quando se tem boa vontade você resolve os problemas. Nos últimos dez dias do ano passado nós trabalhamos aqui dia e noite para terminar de formalizar o acordo. Então isso demonstrou boa vontade e determinação para se resolver o problema. O que faltou no passado, quando queriam atribuir um fato ao então governador eleito Marconi Perillo foi obter dividendos políticos?

DN – Em algum momento o senhor imaginou que esse acordo não fosse se confirmar em função do comportamento de parte da bancada de Goiás em relação ao Governo Federal?

José Eliton – Em muitos momentos. Tanto é que buscamos outras alternativas. Buscamos todas as soluções possíveis para se resolver o problema. Discutimos com o Credit Suisse. Iniciamos essa parceria. Buscamos parceiros no setor elétrico nacional. E naturalmente conversávamos com o Governo Federal. E nós tínhamos um compromisso de campanha de não privatizar a Celg. Nosso objetivo era manter o controle público da empresa. Mas em alguns momentos tive-



'NINGUÉM CRESCE SENDO SATÉLITE DE OUTRO'

DN – Porque o DEM sofreu uma perda significativa no ano passado?

José Eliton – Ao meu ver o DEM não teve perdas. Se você dividir em duas partes, em nível nacional evidente que teve uma desidratação. Foi o partido que mais perdeu no sentido de ter as suas forças cooptadas pela força do poder. Está evidente e claro que as forças que compõem o Governo Federal querem desestabilizar todos os partidos de oposição. Isso não é segredo. Trata-se de um fato público. Na campanha de 2010, o ex-presidente Lula manifestou seu interesse em extirpar o DEM. Isso acontece porque eles querem adotar a linha do pensamento único. Isso não é bom para o Brasil e não é bom para ninguém. Então, na verdade o que temos é uma política direcionada no sentido de calar todas as vozes que pensam diferente. Esse não é o modelo de democracia que queremos. O DEM sofreu isso em função da criação do PSD, que nada mais é do que um instrumento do Palácio do Planalto no sentido de buscar essa situação. E trata-se (o PSD) de um instrumento acéfalo e pragmático com objetivo de dar guarida a essa situação. E estou me referindo ao âmbito nacional. Porque o PSD no âmbito nacional é aliado do Palácio do Planalto. E quando avaliamos no âmbito estadual, o que é o PSD? É uma sublegenda de todos os governos. Aqui ele é sublegenda do PSDB. No Rio Grande do Norte é sublegenda da DEM. No Rio Grande do Sul é sublegenda do PT. No Distrito Federal é sublegenda do PT e assim por diante. O PSD não tem qualquer compro-

misso com nada. Só com estar no poder. Esse é o pragmatismo do PSD. Mas isso tudo faz parte de um projeto para fragilizar as oposições. E aí eu pergunto: é importante para o Brasil não ter oposição? E nós tivemos divergentes? Sem pessoas que tenham capacidade para questionar determinadas situações? E nós tivemos um ano em que a presidente Dilma fez uma faxina da corrupção instalada no Governo Federal. E aí eu posso afirmar que nunca antes no Brasil se viu tanta corrupção.

DN – O fato do DEM ter sido um partido satélite do PSDB durante tempo não contribuiu para que a legenda sofresse agora esse processo de desidratação?

José Eliton – Claro. Esse foi um equívoco profundo. Nenhum partido cresce sendo satélite de outra legenda. Hoje nós compomos uma aliança com o PSDB em Goiás. Sou o vice-governador e temos essa aliança. Nós temos uma proximidade ideológica e respeito. Mas não somos satélite dele. Nós temos independência. Eu sempre tenho dito reiteradas vezes que o DEM tem projeto de conquistar o governo do Estado. Se será em 2014, 2018, 2022 ou 2026 isso vai depender da conjuntura política. Quando você não tem condições de indicar uma candidatura própria, você tem que buscar espaço numa chapa que tenha um mínimo de coerência política. E é o que estamos fazendo. E eu pergunto: porque o DEM cresceu tanto em nível estadual? Temos que observar, para responder, que em

2006, ao final do processo eleitoral, os analistas diziam que o senador Demóstenes Torres estava enterrado politicamente. Quatro anos depois ele é o político mais votado da história de Goiás. Nenhum político teve a votação que ele teve na história do Estado. Porque isso aconteceu? Em razão da participação do DEM lá atrás, lá em 2006. Nós não vencemos as eleições, mas o partido mostrou a sua cara. O partido foi às ruas, mostrou suas ideias, seu pensamento e naquele momento a sociedade disse que não queria aquele projeto. Aquela candidatura foi um acerto. O DEM só ocupa hoje a cadeira da vice-governadoria em função daquela campanha. O DEM só elegeu deputados por causa daquela campanha. Nós perdemos a eleição mas continuamos com a nossa postura. Não mudamos. E quando veio 2010 o DEM era um partido essencial no processo sucessório. E hoje estamos avançando num processo de consolidação de uma aliança, mas jamais ficando na posição que o DEM exercia no passado, especialmente a nível federal.

DN – Considerando que o DEM não tem vereador nas cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, qual o projeto do DEM para o pleito de 2012?

José Eliton – Vamos por parte. No Estado como um todo nós queremos fazer entre 40 e 50 prefeitos. Essa é a nossa meta. Com relação à região metropolitana e o Entorno do



'SOU UM HOMEM DE PARTIDO'

DN – Uma eventual candidatura do senhor em Goiânia está descartada?

José Eliton – Eu nunca falei que era candidato à Prefeitura de Goiânia. O que eu falo sempre é que tenho um compromisso com o governador Marconi Perillo e com a sociedade de Goiás, que me delegou mandato de vice-governador. Agora, eu sou um homem de partido. Se eventualmente for necessário para a base de sustentação do governo e da sociedade que eu participe de uma candidatura consensual, não teria problema nenhum. O que é importante é ter um projeto. O que não dá para brincar é de fazer política. Por isso sou contra a fragmentação de candidaturas. Acho isso ruim. Qual o projeto que a base tem? É só ocupar o espaço de prefeito ou queremos solucionar os problemas da cidade de Goiânia.

DN – O senhor está dizendo que o PSDB não tem projeto para Goiânia?

José Eliton – Não. A discussão hoje gira em torno de pessoas. Acho que deveria ser o inverso. Primeiro temos que discutir projeto. Depois qual o

candidato que tem o melhor perfil para levar a cabo esse projeto. O PSDB tem nomes excepcionais. Deputados Leonardo Vilela, João Campos, Túlio Isac e Fábio Sousa são todos homens preparados. Os outros partidos também têm homens qualificados, como o Francisco Júnior e o Armando Vergílio, que são homens de bem. Temos ainda o Jovair Arantes que também é preparado. Agora, acho que é preciso haver diálogo. A sociedade precisa enxergar que temos um projeto e decidir. Assim como fez com Demóstenes em 2006 e quatro anos depois o elegeu com uma expressiva votação. Essa é a dinâmica do processo. O que não podemos é termos candidaturas sem razão de ser ou sem nenhuma identidade.

LEIA MAIS NA PAGINA 10

“ Não é tese. É fato. O governo anterior não fechou acordo sobre a Celg. Só havia boatos. ”



“ A Celg entrou nesse estado em função de equívocos de governança do passado ”